

A PANDEMIA DA NECROPOLÍTICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Adriana Delbó¹

Resumo: Se a vida de pessoas racializadas e inseridas na pobreza passam por mais dificuldades isso não é por acaso. A necropolítica está por todos os lados dos acontecimentos aparentemente acidentais que provocam permanente oscilação nas condições de existências. Se durante a pandemia da COVID-19, no Brasil, a morte teve maior ocorrência entre negros e pobres e a miséria foi maior entre sobreviventes destes mesmos grupos, isso diz de uma fragilidade que é efeito do poder político de extermínio e de segregação exercido em momentos de crises sanitárias. Neste artigo, pretendo pensar como Instituições de Ensino são mecanismos para intensificar segregações. Se a lei de cotas promove inclusão, o processo de exclusão é mais eficiente quando o desafio maior das instituições passa a ser a implementação de recursos tecnológicos, a despeito da exclusão que podem provocar.

Palavras-chave: Necropolítica; segregação; Instituições de Ensino.

THE NECROPOLITICS PANDEMIC IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Abstract: If the lives of people of color and poverty experience more difficulties, this is not by chance. The Necropolitics is on all sides of the apparently accidental events that cause permanente oscillations in the conditions of existence. If during the COVID-19 pandemic, in Brazil, death was more frequente among blacks and the poor and misery was greater among survivors of these same groups, this speaks of a fragility that is na effect of the political power of exptermination and segregation exercised in times of health crisis. In this article, I intend to think about how Educational Instituions are mechanisms to intensify segregation. If the quota law promotes inclusion, the process of exclusion is more eficiente when the biggest challenge for institutions becomes the implementation of technological resources, despite the exclusion they may cause.

Keywords: Necropolitics; segregation; Teaching Institutions.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Email: delbo@ufg.br

Quais são os mapeamentos feitos pelas Universidades a respeito das exclusões ocorridas durante a Pandemia da Covid-19? Estudantes que trancaram matrícula, que desistiram do curso, ou que seguem apenas matriculadas sem conseguirem estudar minimamente, sem experiências de aprendizado, têm qual cor de pele? Pertencem a qual classe social? Quem foi excluído, passou, ou ainda passa, por quais tipos de problemas? Quais as preocupações e a ocupações das IES com as pessoas que foram excluídas? Ou essas, quando muito, foram suficientes para compor índices? Quando voltarão às Universidades? Voltarão? Ou regressaram, finalmente, aos espaços de onde não deveriam ter saído, se obedecessem as determinações políticas-econômicas discriminatórias que ainda são preservadas e cultivadas até nos Estados Democráticos de Direitos? Essas são questões de âmbito político, com as quais todas as IES precisam se a ver, ou são meras questões pessoais? É a cor das mentalidades que demarcam distintas respostas a tais questões, ou mesmo o desprezo por elas. Conforme destaca Silvano Silva, ao prefaciar o livro “Tudo sobre o Amor: novas perspectivas”, bell hooks ensina que o pessoal é político. As questões acima não teriam importância se a raça e a classe não fossem ferramentas políticas para a sociedade discriminar seus integrantes. E tais ferramentas são habilmente manuseadas, ainda que de modo cego, por todas as pessoas que trabalham nas IES e que se recusam a assumir que as desigualdades existem e que interferem no aprendizado. O fato de não sabermos exatamente o que fazer diante disso não é motivo para negar a gravidade da ocorrência. Contudo, excluídas e excluídos são pessoas que sempre foram selecionadas para estarem em outros lugares e outras atividades e funções que não sejam as acadêmicas. E nas IES, tal segregação não deixa de ter efeito e não deixa de ser reproduzida. Quem se adapta à difícil realidade das favelas, dos morros e das comunidades mais empobrecidas teriam que providenciar também as condições de pertencimento às universidades públicas? Tratar como menor, desprezível, incapaz não é um modo de tornar alguém menor, desprezível e incapaz? Neste processo, como as IES têm sido exemplares? Pretendo propor

neste texto que tais questões sejam pensadas sob a ótica do funcionamento da necropolítica denunciada por Achille Mbembe.

1. Sobre a Necropolítica: notas introdutórias

A soberania sobre a vida e sobre a morte não funciona apenas pelos meios declaradamente violentos, armados, militares. Foucault, Agambem e Mbembe são exemplos de filósofos que explicam como o exercício da soberania não é exclusividade dos regimes autoritários e totalitários. Ele tem êxito também em democracias e repúblicas, uma vez que estas também contam com dispositivos políticos para manutenção e fortalecimento das mais variadas formas de seleção, exclusão, condução de vidas para o descarte e a morte. Achille Mbembe denomina necropolítica os mecanismos políticos que determinam mortes. Delimitando vidas merecedoras de seguirem vivas, por serem importantes forças de trabalho e de consumo, o excedente pode ser descartado, deixando-o à morte e até mesmo ao assassinato. Em seu ensaio intitulado “Necropolítica”, Mbembe retoma a clássica tríade entre poder, soberania sobre a vida, direito de matar. Em suas palavras:

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

A vida como implantação e manifestação do poder e a morte como ausência do poder do vivente não dizem dos poderes de quem vive ou morre, mas de poderes arbitrários, externos aos corpos vivos. A economia sobre a vida e a morte é tem a política como administradora. Assim, vidas que são mais ou menos protegidas, mais ou menos toleradas, mais ou menos abandonadas e vidas que sequer enfrentam estes limites, estão sob a mira do poder de controlar quantos e quais precisam viver, quanto e quais podem ou devem morrer. Um Estado não é mais benevolente que o outro pelo quanto deixa ou faz viver. Mbembe valoriza o que Foucault denominou como biopoder – o poder soberano de decidir sobre a vida e a morte – e o racismo como mecanismo do seu funcionamento:

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Por sua vez, Mbembe pode ser reconhecido como quem amplia este conceito de poder soberano sobre a vida e a morte. Se Foucault explicou a política moderna como a soberania para fazer viver e para deixar morrer, Mbembe se debruçou sobre problemáticas mais concretas, mais cotidianas e específicas a algumas vidas. Afinal, o direito de explorar, descartar e matar é exercido contra quem? São perguntas como essas que mobilizam a filosofia política de Mbembe.

Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE, 2016, p.123).

A ampliação que Mbembe faz do conceito de biopolítica para necropolítica tem a ver com o problema do racismo, da escravidão e de suas decorrências – exclusão, empobrecimento e a mortalidade, por exemplo. A partir de Mbembe, a escravidão finalmente passa a ser analisada como estratégia política não só para a exploração do trabalho até a morte, mas para a retirada constante de quaisquer resquícios de direitos políticos – vidas humanas destituídas de humanidade básica. Há povos assim demarcados. A escravidão para eles não ficou no passado. Ela ainda segue à espreita, uma vez que suas decorrências, para descendentes, têm por efeito, a mesma destituição da humanidade. E isso não é casual. Trata-se de estratégia política, de necropolítica. Das senzalas não houve quem fosse conduzido à câmara de gás, mas, sim, para os pelourinhos. Posteriormente, os sobreviventes foram conduzidos para as ruas, as periferias, os morros e quaisquer outros lugares

onde não há qualquer valor político atribuído à vida. Se a biopolítica diz da soberania que faz morrer e deixa viver, ou que faz viver e deixa morrer, conforme as demandas políticas/econômicas das sociedades em distintas épocas, Mbembe explica o porquê, no caso dos povos negros escravizados, ela funciona tão somente a partir da economia da morte. Segundo ele:

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. (MBEMBE, 2016, p. 130-1).

Como as perdas materiais pelas quais passaram as pessoas que foram escravizadas ainda não foram reparadas, seus descendentes seguiram sendo vistos e tratados como passíveis de escravização. Seguem sendo explorados, discriminados, desprezados, expropriados, excluídos, e, por fim, mortos ou abandonados à morte. Vivem a despeito das formas diversas de discriminações cotidianas que dificultam suas existências, que anulam ou diminuem o valor de suas vidas. É contra essas que ocorrem assassinatos cotidianos que não são casuais, acidentais. São assassinatos programados politicamente. E isso sempre ocorre junto à negação de que isso ocorra. A negação do racismo é parte constitutiva dele. Os racismos ocorrem, sabemos quais são, sabemos onde se dão. Mas quem são os racistas? Os racistas são os que negam serem racistas. Há sempre outras justificativas para o que fazem com tanta espontaneidade. Há crimes, mas a correção e a interrupção do crime é sempre uma luta travada pelas vítimas. Que uma pessoa negra tenha histórias de racismos para contar é tão óbvio quanto uma mulher ter vivido uma história de assédio. Os direitos políticos, quando são conquistados, ficam escritos, mas não são facilmente usufruídos. Pessoas negras vivem em paz ou vivem lutando para viver? Por fim, em relação ao que é enfrentado no dia-a-dia, os direitos estão sempre à frente e em risco. Ainda que sem mestre e senhor, segue se dando o poder de exploração de vidas, de abandono delas à morte e até mesmo de eliminação de vidas, situações nas quais fica evidente que toda ideia de liberdade é ilusória. A respeito disso, Mbembe lembra que a filósofa e



historiadora Susan Buck-Morss denuncia uma contradição sempre presente nas vidas escravizadas:

a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida junto com a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador (MBEMBE, 2016, p.132).

Quem tem algum poder sobre a vida, pensando e decidindo minimamente sobre o que faz e como faz é, portanto, quem está livre da condição de sofrer determinações alheias. Liberdade corresponde a não ser propriedade. Mas não ter mais proprietário, não corresponde a ter liberdade. Quem pertence a um povo que foi escravizado, e que ainda sofre cotidianamente as decorrências deste evento, não necessariamente passou a ter qualquer grau de poder sobre a vida, já que demandas por direitos básicos seguem não sendo satisfeitas. O processo de eliminação da escravidão, do ponto de vista econômico, não teve fim. Ele foi apenas alterado. As condições políticas e sociais para a existência não foram dadas e isso não foi um deslize do funcionamento da política. Não obstante, as pessoas descendentes de quem fora escravizado são propriedades de quem, se, hipoteticamente, não há mais senhores? Ocorre que descendentes de senhores se portam como tal e nenhum direito conquistado por quem fora escravizado lhes retirou essa herança. Por isso, a luta por direitos não cessa mesmo depois de serem conquistados, porque a necropolítica não respeita conquistas.

Liberdade e igualdade discursadas e até escritas nas constituições dos Estados modernos e contemporâneos não são princípios que regem as relações sociais, inter pessoais e todo funcionamento das instituições sociais. Portanto, o funcionamento da colônia não foi totalmente interrompido, apesar das leis e de todo o aparato discursivo da modernidade. Segundo Mbembe:

Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um

poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a 'paz' assume a face de uma 'guerra sem fim' (MBEMBE, 2016, p.132).

O que dizer sobre parcelas significativas da população em lutas já antigas e incessantes por conquistas e garantia de direitos e de condições básicas de existência, tendo em vista os poderes paralelos ao irrisório poder da lei? A guerra não cessa, porque é ininterrupta a necessidade de seguir viva e seguir vivo. Também incessante é o poder dos dispositivos institucionais que determinam permanência, exclusão, alfabetização, analfabetismo, profissionalização, formação emprego, subemprego e desemprego, lugares de moradia, lugares para meras sobrevivências, bairros dormitórios, morros onde se mora e onde se morre com balas direcionadas aos corpos negros, ruas para transeuntes, mas também para abandonados, acesso ou falta de acesso aos cuidados básicos com a saúde, acesso ou falta de acesso à educação de qualidade, acesso ou falta de acesso à cultura em geral. Do ponto de vista social e político, a vida não é para todas e todos, e a morte é mais certa para muitas e muitos. A alteração desta determinação não ocorre de modo espontâneo e tranquilo. As desigualdades são produzidas e são gatilhos para conflitos inevitáveis. E se não há mais um soberano, para decidir arbitrariamente sobre tudo, não cessam de ter efeito o funcionamento das instituições que excluem e desenham geografias para a morte. Até que ponto as Instituições de Ensino não fazem parte do funcionamento político para a formação de excluídos e sobreviventes que podem morrer a qualquer momento?

2. Sobre os poderes da necropolítica nas Instituições de Ensino

Para compreendermos o papel social das Instituições de Ensino no exercício da soberania, precisamos compreender o quanto este não se dá somente durante guerra e regimes escravocratas. Ele também corre sorratamente, cotidianamente, e através de todas as instituições que selecionam e, por meio disso, segregam e excluem. Não é só a polícia que se presta a enclausurar, eliminar, excluir, matar. Antes dela, outras instituições excluíram e lançaram vidas ao desprezo, ao desemprego e à marginalidade. As instituições de ensino têm em suas estruturas

(inclusive internas) chaves para que as segregações necessárias se deem. A soberania “como capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135) é exercida em todos os ambientes nos quais essa definição ocorre. Portanto, quando nas Instituições de Ensino, os sistemas de avaliações servem tão somente para aprovar ou reprovar, promover, ou diminuir e atrasar, elas estão fazendo corpo às inúmeras estratégias sociais para segregar e lançar à própria sorte as pessoas que foram selecionadas para reprovações. Se nas próprias Instituições Educacionais, os erros são tratados como motivos para o fracasso, quais outras instâncias sociais tratarão o erro como elemento para o desenvolvimento do saber e do aprendizado?²

Ingressar numa IES, mas passar por situações que conduzem à exclusão diz do quanto o poder sobre a vida não está dado, mas segue pertencendo a outrem. Que constitucionalmente todos tenham direito à educação e a educação de qualidade não significa que todas as pessoas que ingressam em Instituições de Ensino tenham de fato acesso à educação de qualidade. Uma vez que são nas Instituições de Ensino que as primeiras segregações e exclusões na vida de uma pessoa se dão – muito embora tais ocorrências sejam pelas próprias instituições naturalizadas e explicadas como “escolha” ou “necessidades circunstanciais externas” – como e por que elas estariam isentas da responsabilidade por segregações e exclusões? E se considerarmos que pessoas racializadas e/ou desfavorecidas economicamente estão entre as que mais compõem os índices de evasão, tais instituições cumprem na sociedade a função de segregação racial e de classe, a despeito de todas as justificativas que as e os profissionais que nela trabalham acionem para tentar justificar o descarte de estudantes que eles próprios julgam como não bem sucedidos. Mas a negação repetitiva do feito não diminui sua ocorrência e seus efeitos. A negação do racismo, cometido em várias instâncias da sociedade, ainda segue associada à naturalização das discriminações e da exclusão

² Sobre avaliações como condição para o aprendizado e não para reprovações e exclusões, cf.: CARVALHO, J. S. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013. Ver também: DELBÓ, A. *Tramas da Filosofia: Entre o Pensamento e a Avaliação*. In: *Filosofia: entre o ensino e a pesquisa*/Carmelita Brito de Freitas Felício (org). – Goiânia: Edições Richochete, 2012.

de pessoas que outrora seriam escravizadas. Quando se olha para a cor da pele e/ou a origem econômica social das pessoas que são tratadas com discriminação e excluídas, torna-se perceptível o elo que as unem às pessoas que foram escravizadas, qual seja: a invenção estratégica da ideia de raça e a função política de tal invenção. Se nas IE, o índice de evasão é composto por quem é socialmente discriminado, isso não é coincidência, porque nelas ocorrem e têm efeitos as palavras, os olhares, os desprezos, as acusações, a recusa da humanidade de quem foi racializado. Segundo Mbembe, nas colônias, “os selvagens são, por assim dizer, seres humanos ‘naturais’, que carecem do caráter específico humano, da realidade humana” (MBEMBE, 2016, p. 133). A falta de reconhecimento das inúmeras formas de racismos em nossa sociedade não passaria por esta mesma problemática?

Não são mais necessários senhores, pelourinhos e senzalas para que pessoas sejam diminuídas e dispostas à opressão e à morte. Outros sistemas foram arquitetados. Se a violência física, a arbitrariedade e a crueldade deixaram de ser admitidas como naturais ao funcionamento de uma sociedade, a segregação, a marginalização e a condução para a morte não deixaram de ocorrer e ganharam outros subterfúgios, mais imperceptíveis e, aparentemente, mais brandos. Contudo, o resultado é o mesmo: a seleção de quem será explorado e descartado.

Nas Instituições de Ensino, são vários os expedientes para delimitações entre quem pode seguir, como seguirá (com qual status) e quem pode sair. Entre eles: cálculos de faltas, provas, notas, reprovação, exclusão por quantidade de reprovações etc. Tal estrutura não foi arquitetada por pessoas sem formação em Educação, como se nada pudessem prever das sequelas da evasão escolar. Os dispositivos das IE que atuam como um funil não são arquitetados sem vínculos com a causa.

Para quem deve ser excluído, não é só a instrução (que poderia favorecer a inserção no mercado de trabalho e a diminuição da pobreza) que é interdita. A decisão sobre os lugares onde se pode entrar, e por meio dos quais seria possível ir bem mais longe, é desrespeitada quando não mais é possível permanecer e pertencer. Mbembe alerta para o fato de que “soberania significa ocupação, e

ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2016, p. 135). Entre esses lugares, há uma imensa zona na qual são direcionadas e direcionados quem a qualquer momento poderá não ser mais nem objeto nem sujeito. Se a escravidão conduz vidas a uma morte imediata, após a vida ser útil e rentável, o racismo as mantém neste mesmo lugar, a despeito das histórias sobre libertação dos escravos. Segundo Mbembe:

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Para nos certificarmos, como estrutura político-jurídica, a fazenda é o espaço em que o escravo pertence a um mestre. (MBEMBE, 2016, p. 130-1).

O racismo é continuidade da negação da humanidade acionada pela escravidão. Ainda que sem pertencer a algum mestre ou senhor específicos, descendentes de escravizadas e de escravizados, quando ingressam em estruturas que ainda são coloniais, seguem passando por seleções que os submetem a descartes. A democratização da escola não ocorreu de modo com inocência (excluir). Inserir: Não foi com inocência ou incapacidade que a democratização da escola ocorreu de modo tão falho. A senzala não foi esvaziada. Os quilombos seguem sendo perseguidos. O lugar de vida, de mera sobrevivência, de refúgio para os corpos negros não necessariamente é um lar. As vidas negras, ao saírem das periferias para ingressarem em outros espaços, não necessariamente têm o direito de pertencer e ficar. No lugar dos senhores, ficaram as instituições que segregam e punem as pessoas pelas condições nas quais estão, sem serem minimamente responsáveis por isso.

3. As Instituições de Ensino entre a Pandemia e a Necropolítica

Bruna Batistelli, doutoranda pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no auge da Pandemia, escreve uma carta a uma colega de universidade. Dentre tantas problemáticas, ela se refere ao que sente diante de uma apresentação

de estudantes, sendo três mulheres negras e uma mulher indígena, numa atividade organizada pela Comissão Permanente de Combate ao Racismo Institucional em uma Universidade Pública Federal. Elas falaram sobre experiências pelas quais passaram e passam nas Instituições de Ensino Superior (doravante mencionadas como IES), que não lhes poupam dos sofrimentos decorrentes do racismo. Bruna Batisttelli lembra, comovida, que elas compartilharam o quanto

era sofrido viver a Universidade e o quanto esta não se importa com suas vidas. Falavam de uma universidade ainda excludente, mesmo com todos os avanços que tivemos, uma Universidade que facilita o ingresso, mas não consegue garantir a permanência nem acesso epistemológico digno. Uma universidade que ainda responsabiliza o que difere por ser responsável pelo seu próprio aprendizado, que reproduz o pensamento que permeia nossa sociedade sobre responsabilizar a vítima por resolver a violência que ela sofre (BATISTTELLI, 2020).

A autora da carta reconhece estar escrevendo justo para quem sofre o mesmo que essas mulheres trouxeram. Assim, ela explica para sua amiga: “Imagino tua reação ao me ler. Ao ler as obviedades do que digo, as coisas que tu vives e conheces tão bem” (BATISTTELLI, 2020). Quem é negra, ou indígena, ou quilombola, ou pobre nas Universidades brasileiras sabe a que se referem a apresentação das quatro mulheres e a carta de Bruna Batisttelli, porque sabe que, muito embora as IES já precisem ter programas de inclusão (até porque, seria de mal tom não adotá-los), elas ainda funcionam principalmente a partir de processos de exclusão e do racismo.

Se os programas de inclusão não necessariamente estão comprometidos com programas para as condições de permanência, eles não retiram as IE do quadro de instituições que cumprem o papel de segregar para excluir e descartar. Os conteúdos dos programas de cursos podem até serem propagados em aulas, artigos, eventos, mas o aprendizado (excluir e substituir por: mas aprender) a estudar, a pesquisar e a conduzir o aprendizado fica à deriva quando não há um vínculo necessário entre incluir e fazer com que o ensino, a pesquisa e a extensão ocorram também com e para quem foi incluído. Quem ingressa não necessariamente tem como fazer parte, tomar parte, passar a ter acesso a todas

as experiências que têm estudantes pesquisadoras e pesquisadores com recursos econômicos.

Se as inúmeras formas de racismos e de preconceitos forem identificadas apenas por quem as sofrem, tais problemas seguiram cumprindo a tarefa para os quais foram gerados. Sozinhas, às pessoas que passam por tratamentos preconceituosos e excludentes (falas, olhares, silêncios, avaliações, descasos, negacionismos) só restarão sacrifícios para adaptações, adoecimentos e desistências, já que as condições emocionais, indispensáveis para todo aprendizado, toda pesquisa e todo ensino, são negligenciadas e até mesmo impossibilitadas pelas próprias IES. Incluir: Quem sofre racismo e tantas outras formas de preconceitos, lutam contra isso, mas não são os responsáveis por isso. Ingressar numa estrutura, cujo funcionamento ainda é colonial, é ficar diante da reprodução de toda sorte de tratamento dispensando pelos senhores às pessoas que foram por eles escravizadas. Se outrora, pessoas negras foram sendo deixadas à deriva na sociedade que não mais podia explorá-las com a mesma facilidade de antes, agora, os sistemas de cotas permitem, finalmente, que elas possam ocupar mais lugares nesta mesma sociedade. Não obstante, sob o efeito da naturalização (inserir:) da extensão das formas de abuso da escravidão e do racismo, elas seguem se deparando com a necropolítica, uma vez que ocupar espaços, para além dos espaços para a morte, exige lutas e não traz garantias.

Em entrevista, o professor Cleber Santos Vieira, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), trata da necessidade de que a política de inclusão seja acompanhada por estratégias para a permanência.

É um desafio pensar tanto no bem-estar material, físico e emocional dos estudantes cotistas. Nós estamos falando de uma política pública muito recente, uma política pública que propõe democratizar a produção científica, democratizar as atividades-fim da universidade, isto é, o ensino, a pesquisa e a extensão. Então nós estamos falando de inclusão de uma parcela populacional historicamente excluída dentro de um processo acadêmico para a qual elas não foram preparadas ao longo de seu processo de vida, essa cultura educacional foi interrompida pelo mercado de trabalho, pelas necessidades da vida, enfim, por todas as violências por que passam. Então a integridade emocional, psíquica, esse acolhimento é fundamental, é um item que deve ser considerado,

deveria ser incluído como uma perspectiva estratégica para a permanência desses estudantes. (CEE-FIOCRUZ, 2022).

A carta de Bruna Batistelli diz do quanto este desafio mencionado por Cleber Santos Vieira não é assumido pelas IES. A democratização para o ingresso não acompanhou as condições de permanência de estudantes cotistas. O ensino, a pesquisa e a extensão não necessariamente são atividades acadêmicas igualmente acessadas. E em período de crises, também nas IES, as pessoas mais excluídas são as que foram incluídas sem condições para permanência, como se essas dependessem de esforços apenas pessoais.

Graças à conquista da lei de cotas, estudantes economicamente desprivilegiadas e desprivilegiados, estudantes negras e negros passam a ter mais ingresso nas IES. Não obstante, como qualquer outra lei, isoladamente, ela também não garante outro rumo para a intensa segregação racial e social constitutiva da história do Brasil. Posicionamentos e atitudes das pessoas que fazem parte das IES são elementares para que a conquista da lei repercuta em novos fatores históricos que signifiquem correção e compensação dos caminhos adotados no percurso desta história.

Neste sentido, faz-se relevante considerar quando a atuação de algumas pessoas em IE tem por efeito o combate aos preconceitos de classe e de raças. Sobre isso, consideremos a entrevista concedida pela reitora do Instituto Federal da Bahia, Luiza Mota, referindo-se ao enfrentamento do problema da exclusão por meio de políticas internas às instituições de ensino, das quais depende a formação para estudantes que ingressaram por cotas, porque a lei é conquista fundamental, mas insuficiente.

Hoje nosso principal desafio é a permanência, porque com a Lei de Cotas nós conseguimos o acesso para essa parcela da população. Para lidar com esse desafio, os institutos federais, em sua grande maioria, têm uma coordenação ou um departamento de políticas afirmativas. A permanência tem que ser qualificada... (EPSJV.fiocruz., 2022).

Não obstante, durante a Pandemia, também nas Instituições de Ensino foram intensificadas brutalmente as desigualdades de classe e a exclusão de pessoas racializadas, grupos constituídos graças a esse “direito de matar” a que se refere Mbembe. Neste momento de exceção, tal como em todas as Pandemias

anteriores, e outras circunstâncias de exceção que se tornam regras (golpes e ditaduras, por exemplo), os excluídos seguem sendo mais ou menos os mesmos – quem perturba a ordem, quem não é adaptado, quem não é rentável, quem faz parte de povos que exigem condições de existência, quem pode ser descartado. Todos esses estarão em número significativo no montante dos que são mortos em circunstância de exceção. A pandemia contribui para o extermínio que o Estado sozinho não faria com tanta tranquilidade, e para tanto há a participação de todas as instituições que promovem marginalização e (excluir:) da exclusão.

As instituições de ensino, por seu turno, não ficam isentas neste processo, porque, apesar de todos os discursos sobre igualdade que as e os profissionais nelas possam adotar e inserir em seus projetos pedagógicos, sempre políticos, elas não deixam de ser instituições que selecionam, aprovam e reprovam, excluem e incluem, retiram e contribuem para o retorno à marginalidade. Se o sistema de ensino e de avaliação é para selecionar e diminuir, as Instituições de Ensino colaboram com o descarte. Durante a pandemia seguiram em curso, de modo mais intensificado, os entraves para a permanência de certos grupos de pessoas nas IES. Até que ponto, tais desigualdades não são assuntos silenciados? Afinal, quais IES já fizeram o levantamento de quem foi excluído, dos motivos para tanto e, principalmente, dos movimentos necessários para o retorno de estudantes que saíram por não terem condições de acompanhamento do Ensino Remoto? O silêncio das IES em relação a tudo isso tem significado ético-político, como todas as demais irresponsabilidades sociais anteriores ao período pandêmico. É também sobre isso que a carta de Bruna Batisttelli trata:

Por que escrevo isso? Pois sinto que voltaremos às aulas (em modalidade à distância) fingindo que tratamos todos e todas de forma igual, que todas/os terão condições de seguir estudando, que as/os alunas/os têm que ser gratos por existir a Universidade do jeito que existe (BATISTTELLI, 2020).

A exigência de gratidão, pelas supostas formas democráticas de realizar a discussão sobre o retorno às aulas remotas e presenciais, diz da exigência de silêncio. Precisamos ser gratos à inclusão. Precisamos ser gratos por sermos aceitos. Nenhuma mentalidade mais branca do que a exigência de gratidão e de

reconhecimento pelo que foi feito. A ilusão, estratégica, da igualdade é sempre acionada para escamotear à realidade da desigualdade entre pessoas que sempre pertenceram e aquelas que puderam ingressar, sem necessariamente terem condições de permanência. Quem não está mais na Universidade por decorrências da Pandemia não se retirou por escolha ou por dificuldades que não sejam estritamente políticas/sociais. Mas as IES continuam atuando como se ensino e pesquisa pudessem ocorrer apartados das condições de existências, como se nelas a filosofia, a economia, a educação, as ciências sociais, a matemática, a estatística, o serviço social, a psicologia, a medicina, entre outros cursos, fossem áreas do conhecimento comprometidas no máximo com o que está escrito em livros, por vezes até ultrapassados. Contudo, até mesmo o conteúdo das mesmas áreas de saber se referem à vida das e dos discentes da classe média privilegiada, antes praticamente exclusiva em tais instituições. A pirâmide social, reproduzida dentro das IES, é encoberta por um véu do descomprometimento para com uma realidade mais antiga e absoluta a outras realidades. Tais escolhas, ainda quando ignoradas, participam do racismo e do preconceito de classe que durante a Pandemia foram ainda mais desmascaradas dentro das IES.

São as impossibilidades de permanência que desviam esforços de pertencer a uma comunidade acadêmica. Portanto, há classes e racializações determinadas para conseguirem alcançar, no máximo, o ensino profissionalizante. Nesta divisão social, reitoras, reitores, diretoras, diretores, coordenadoras, coordenadores, professoras, professores e todas as demais funções internas às IES, não atuam de modo neutro, ainda que estejam de olhos e ouvidos fechados para o significado do que fazem cumprindo ordens, seguindo prazos, reproduzindo modelos de funcionamento sem assumirem posicionamentos próprios. A obediência e a submissão a normas e regras colonizadoras reproduzem fórmulas de exclusão. As discussões “democráticas” sobre o retorno ao ensino (remoto ou presencial), ainda que intensa, ao desconsiderarem os riscos de exclusões de pessoas desprivilegiadas economicamente, bem como das pessoas indígenas, quilombolas, ribeirinhas e negras, têm cunho político de

exclusão. Todo esse processo é atravessado pelos contínuos entraves à classe e às raças às quais as pessoas foram politicamente inseridas e devem seguir pertencendo.

Por problemas sanitários e políticos, a Pandemia levou vidas. Mas o tipo de exclusão educacional provocada neste período diz da intensificação de uma contaminação anterior, cujo agravamento também é naturalizado e tratado com descaso – efeito incorrigível do discurso de neutralidade e da opção por lavar as mãos diante do que é avaliado como “questão pessoal”, contra a qual nada poderia ser feito. Neste sentido, para além do desabafo, a carta de Bruna Batistelli é um alerta: “precisamos repensar nossa implicação com a branquitude” (BATISTELLI, 2020), porque, afinal, branquitude é muito mais do que a cor de pele de quem ocupava sozinho as Universidades Públicas. Branquitude é mentalidade, é forma de obediência, de planejamento, de funcionamento, de resistência a questões que denunciam racismos e outras forma de segregação, é modo colonizado de pensar, sentir e agir ³.

E no que diz respeito aos esforços das universidades para decidirem sobre o retorno ao ensino durante o período da Pandemia, vale acrescentar também o peso exercido pela pressão pública. Se tal pressão teve mais efeito do que o compromisso que profissionais de ensino precisam ter com a formação, tais IE tiveram participação nas exclusões ocorridas. Não foram poucas as exigências de retorno das aulas por parte de mães e de pais de estudantes, de jornalistas e de outras pessoas, cuja formação, ou ausência de, nada condiz com a formação necessária para se pensar e decidir sobre o ensino e sobre a aprendizagem, sobre as condições necessárias para tanto, sobre as exigências mínimas para o ensino remoto. A inclusão no sistema digital não se dá pela posse de um celular ou do acesso a dados móveis irrisórios para o acompanhamento e a participação em aulas remotas. Educadoras e educadores nem sempre foram firmes em

³ O problema da branquitude, da mentalidade branca que predomina nas sociedades ainda comprometidas com o colonialismo, pode ser compreendido, por exemplo, a partir da fala de Ailton Krenak: “O branco, no sentido ontológico é um outro que fez uma escolha radicalmente oposta da nossa. Ele quer comer o mundo. E nós achamos que nós somos o mundo. E a gente acha que o branco quer comer a gente!” (Ailton Krenak em entrevista feita por Oiara Bonilda em 19/12/2020).

discutirem a questão a partir dos estudos que têm, ou deveriam ter, sobre educação, formação, aprendizado. Aulas acompanhadas por meio de aparelhos tecnológicos não se equiparam sequer ao Ensino à Distância, quando este é pensado e planejado por equipes de profissionais especialistas em educação e é realizado por razões específicas e não pela pressão para a mercantilização da educação. Mas a exigência de retorno das aulas, no tempo exigido pela pressão pública, a despeito da qualidade e da abrangência do ensino, foi atendida. Ceder à pressão significa se isentar da responsabilidade de decisões com base na formação e responsabilidade necessária para se pensar o que é ensino e o que é aprendizagem, algo distinto de preocupar-se em como ocupar a vida de estudantes com atividades remotas, síncronas ou assíncronas, se elas sequer poderiam ser acompanhadas por quem estava longe dos centros urbanos com tecnologia mais acessível – tal como ocorreu com indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas, por exemplo, ou por quem voltou a trabalhar no período da pandemia, por causa da necessidade de ir em busca das condições básicas de existência, ou por quem estava cuidando de familiares contaminados. Aulas foram “ministradas” em meio aos índices altíssimos de morte, de contaminações e do aumento da pobreza. Mas elas puderam ser acompanhadas por quem não esteve marcado pelas sequelas políticas e sociais da pandemia. As demais pessoas foram sendo excluídas, senão do sistema (trancamento de matrícula ou abandono), ao menos das mínimas condições para o acompanhamento das aulas remotas. Somente quem não se preocupou em perguntar sobre como estavam as estudantes e os estudantes, não ficou sabendo da realidade na qual estavam inseridas e inseridos. Será que não foram estas e estes estudantes que mais ficaram à margem das IES durante o retorno ao ensino?

Se as instituições de ensino podem ser parte estrutural de pontes que desviam destinos políticos imputados para pessoas inseridas em classes sociais desprivilegiadas e para pessoas racializadas e/ou que, de algum outro modo, foram inseridas em teias sociais próprias para o uso e o descarte de suas vidas, elas podem também quebrar o fio, provocar desvios.

Durante a pandemia e também por causa dela e do modo como as IES lidaram com os problemas decorrentes, o colegiado de curso de bacharelado em História – Memória e Imagem, da Universidade Federal do Paraná, elaborou o documento intitulado “Manifesto pelo debate acerca dos rumos da universidade pública brasileira”. Nele há não só o protesto contra os ataques que as universidades públicas sofrem por parte do atual governo federal, como também a “convocação para um debate sobre a própria concepção de universidade, sobre suas dinâmicas internas e seus problemas fundamentais”. Entre outros posicionamentos assumidos e cobrados, o colegiado também registra a preocupação com a exclusão crescente de estudantes por um corte classista operacionalizado dentro das universidades. Neste sentido, esse grupo de discentes e docentes chama atenção

para as disparidades internas no corpo estudantil de uma universidade pública brasileira da atualidade, advindas de algumas políticas públicas, que, de certo modo, possibilitaram maior ingresso de estudantes (e também de pesquisadores do âmbito da pós-graduação), oriundos de estratos sociais que outrora não tinham acesso aos bancos universitários. Nesse sentido, a operacionalização e disseminação de atividades *online* teria que lidar, de antemão, e caso não queira implementar um corte *a priori* classista, com a inclusão de um sistema digital. De fato, trata-se de algo pelo qual as universidades têm se esforçado muito, porém, como é notório, que esbarra no problema da falta de investimentos – que podem ser confirmados com a análise do orçamento destinado ao MEC nos últimos 7 anos –, e, além disso, nas propensões à concretização das dinâmicas neoliberais por parte dos agentes de governo (COLEGIADO DO BACHARELADO EM HISTÓRIA DA UFPR, 2020).

Este documento faz parte de posicionamentos públicos quanto aos rumos que a lei de inclusão pode tomar, caso não passe a ser acompanhada de estratégias políticas para gerar condições de permanência, principalmente em período de exceção (Pandemia) que intensificam exclusões. As instituições de ensino que ignoram as diferenças, que silenciam as problemáticas estruturais, fazem vistas grossas para as distintas realidades do quadro discente e adotam o discurso sobre igualdade, mantendo desigualdades que diminuem alguns estudantes, enquanto mantem elevado outras e outros. Ou seja, sem rever a mentalidade branca que

predomina nas IES, estas seguem mantendo privilégios e, portanto, contribuindo para a segregação constitutiva da necropolítica.

Referências:

DELBÓ, A. *Tramas da Filosofia: Entre o Pensamento e a Avaliação*. In: *Filosofia: entre o ensino e a pesquisa*/Carmelita Brito de Freitas Felício (org). – Goiânia: Edições Richochete, 2012.

BATISTTELLI, Bruna M.. *Cara colega de Universidade*. In: *N-1 edições, Pandemia Crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/35>> Acesso em 21 de setembro de 2020.

bell hooks. *Tudo sobre amor: novas perspectivas*. trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020.

CARVALHO, J. S. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.

Colegiado do Bacharelado em História da UFPR, Rumos da Universidade Pública, In: *N-1 edições, Pandemia Crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/37>> Acesso em 27 de agosto de 2022.

Entrevista com Cleber Santos Vieira (“A lei de cotas é um desdobramento de uma longa luta das organizações negras”). Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-lei-de-cotas-e-um-desdobramento-de-uma-longa-luta-da-s-organizacoes-negras&utm_source=CEE+Fiocruz&utm_campaign=8437e94eb8-EM_AIL_CAMPAIGN_2022_08_25_10_29&utm_medium=email&utm_term=0_280788378a-8437e94eb8-69325477> Acesso em 26 agosto 2022.

Entrevista com Luiza Mota (“A lei de cotas gerou uma demanda por políticas que garantissem a permanência e o êxito desses estudantes, não apenas o acesso”). Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-lei-de-cotas-gerou-uma-demanda-por-politicas-que-garantissem-a-permanencia-e-o>> Acesso em 26 agosto 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. In: *Revista Arte & Ensaios*, nº32, Rio de Janeiro: UFRJ, dezembro de 2016. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>; Acesso em 10 junho 2020.

MILANEZ, F.; VIDA, S.. *Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política da morte*. In: *N-1 edições, Pandemia Crítica*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/15> Acesso em 28 agosto 2022.



Criar Educação, Criciúma, v. 12, nº1, jan/jul 2023.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

BONILLA, Oiara. Os brancos querem comer o mundo. Mas nós, nós somos o mundo: entrevista com Ailton Krenac In: *N-1 edições, Pela vida*. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/os-brancos-querem-comer-o-mundo-mas-nos-nos-somos-o-mundo> Acesso em 10 setembro 2022.

PORTO, Renan. Contra as medidas brancas da razão. In: *N-1 edições, Pela vida*. São Paulo: N-1 edições, s/d. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/contra-as-medidas-brancas-da-razao>. Acesso em 14 setembro 2020.

Recebido Outubro 2022

Aprovado Abril 2023.